

## II CONSULTA ECUMÊNICA DE PASTORAL INDIGENISTA NA AMÉRICA LATINA

CEDI - P. I. B.
DATA 04 09 86
COD. 575000700

### DECLARAÇÃO FINAL

Representantes de 30 povos e nações indígenas procedentes de 15 países da América Latina e de diferentes comunidades e organizações, junto com bispos, teólogos e agentes pastorais da Igreja Católica e Igrejas protestantes, nos reunimos na II CONSULTA ECUMÊNICA DE PASTORAL INDIGENISTA, em Quito, Equador, de 30 de junho a 06 de julho de 1986.

1. Depois de tranqüila reflexão sobre as injustas condições de vida da totalidade dos povos indo-americanos, e comprovando a destruição que neles desencadeiam as fronteiras territoriais; tendo conhecido, por sua própria voz, seus projetos históricos, e uma vez revisado criticamente o papel que desempenharam as diferentes igrejas cristãs ao longo de 500 anos de dominação e evangelização, constatamos o seguinte:

1.1 Que desde os diferentes modos de invasão européia, em séculos passados, até as formas mais sofisticadas de exploração do capitalismo dominante, os povos indígenas não deixaram de ser vítimas indefesas da violação e apropriação de suas terras, da desintegração de suas organizações políticas, da morte sistemática de sua cultura e religião, assim como do saque etnocida de seus recursos naturais, transferidos em todo o tempo para os países ricos da Europa e Estados Unidos. Conseqüentemente se perpetua o peso de estruturas sócio-econômicas e políticas adversas aos indígenas, que, de modo segregacionista, são violentamente arrastados ao isolamento e à marginalização.

1.2 Que, dentro de cada um dos estados nacionais da América Latina, continuam sendo espezinhados e desrespeitados os direitos humanos mais fundamentais de autodeterminação, vida e sobrevivência das nacionalidades indígenas, às vezes por métodos cruentos de genocídio e extermínio físico, outras vezes por sutis mecanismos de absorção e espoliação.

1.3 Que, como parte do sistema ocidental dominador, as Igrejas, por um lado ajudaram com contribuições significativas e prolongadas lutas a favor do Índio, mas por outro têm sido cúmplices deste processo de agressão e segregação. Solidários com nosso passado, nós, os crentes de hoje, pedimos publicamente perdão por quanto tenhamos de responsabilidade nisso. Certamente a visão "evangelizadora" e "civilizadora" pretendeu cristianizar o Índio, mas, junto com isso, levou muitos povos

à desvalorização de suas próprias riquezas culturais e religiosas a partir de uma visão e ação etnocentristas.

1.4 Que, apesar de tudo isto, os povos indígenas continuam se mantendo numa posição de luta e resistência, de permanente busca de soluções de seus problemas a partir das organizações comunitárias mais autênticas e representativas. Os indígenas aqui reunidos damos testemunho de que guardamos desde sempre um memorial de gratidão às vozes e vidas de missionários que, inclusive com o martírio e o silenciamento, defenderam os direitos de nossos antepassados, mesmo quando uma pertinaz história oficial tenha pretendido, por muito tempo, ocultá-lo. Desde Montesinos e Las Casas até nossos dias, sua palavra profética nunca deixou de sentir-se nas Igrejas.

1.5 Que, apesar de que em numerosas declarações dos últimos anos as Igrejas se tenham comprometido a respeitar e defender a cultura, a política e as expressões religiosas do mundo indígena, na prática mais comum não têm aplicado nem reconhecido os compromissos declarados.

1.6 Que, ao lado desta realidade indígena, existe outra não menos contraditória e esquecida: a de 90 milhões de afro-americanos que povoam nosso Continente, subjugados pelo velho sistema escravista-racista trazido com a Colônia, e que, na atualidade, sofrem o desprezo de diferentes formas de racismo, do qual, com frequência, os próprios indígenas participam.

1.7 Que esta situação se vem agravando com a invasão de seitas e corações religiosos internacionais, provenientes dos Estados Unidos e portadoras de mensagens alienantes e anti-históricas, que dividem os povos indígenas com uma pseudo-religião alheia ao espírito do Jesus do Evangelho. Denunciamos energicamente, como altamente destruidor e perigoso, este fenômeno agudizado nos últimos anos.

1.8 Que outros setores das classes exploradas de nossos países vivem também uma grande e heróica luta de libertação; mas que, inclusive nela, em geral se esquece nossa identidade específica de povos e nações, reduzindo-nos exclusivamente à categoria de "pobres".

2. FRENTE A ESTAS CONSTATAÇÕES E SENTINDO-NOS RESPONSÁVEIS PELO PAPEL QUE NESTE MOMENTO NOS PEDE A HISTÓRIA, EXIGIMOS:

2.1 Que em nossos Estados tenham, na prática, plena vigência os direitos fundamentais de posse territorial dos povos indígenas; que se revise o status de suas fronteiras e se providencie a restituição das terras que foram usurpadas e/ou as que forem necessárias, segundo a

própria organização indígena, para seu futuro coletivo: os índios são os legítimos possuidores dos territórios herdados desde tempos imemoriais de seus antepassados.

2.2 Que se respeite, defenda e promova o direito que os povos indígenas e afro-americanos têm, de forjar sua própria história, recriar sua cultura através de suas organizações comunitárias e políticas, únicas instâncias eficazes de diálogo nas relações com outros grupos e setores da sociedade.

2.3 Que as Igrejas reconheçam e respeitem o direito dos indígenas e afro-americanos, e o das mulheres indígenas e negras (duplamente exploradas), de viver e expressar sua história e luta libertadora mediante sua capacidade organizativa, sua religião e cultura, perseguidas até a atualidade mais recente.

2.4 Que o amplo programa de libertação dos explorados do Continente reconheça e inclua a realidade da luta de indígenas e negros e tome como objetivo a eliminação do colonialismo interno. Que nestes projetos se inclua a construção de Estados plurinacionais e pluriculturais.

3. PARA CONSEGUIR A REALIZAÇÃO DE NOSSAS JUSTAS EXIGÊNCIAS, NÓS, PARTICIPANTES DA II CONSULTA ECUMÊNICA, ASSUMIMOS NOSSO COMPROMISSO:

3.1 Como indígenas, solidários com os demais setores marginalizados e oprimidos da sociedade envolvente, permaneceremos em atitude de luta frente a tudo o que atente contra nossa integridade física e cultural, em todas as suas manifestações; da mesma forma, acolheremos a todos aqueles que, em atitude de diálogo, reconheçam nossa alteridade e incondicionalmente se insiram em nosso projeto histórico, com vista a uma libertação comum para a criação de uma sociedade mais justa e humana.

3.2 Como agentes de pastoral, chamados à construção de uma sociedade nova, ao lado de outros setores marginalizados, nos comprometemos a acompanhar em sua caminhada os povos indígenas e afro-americanos, propiciando a participação direta da mulher. Assumimos, como próprio, seu projeto de autodeterminação, numa atitude de conversão e respeito, impulsionando em nossas respectivas Igrejas um espírito solidário para que a ação evangelizadora não despreze a identidade, as organizações e aspirações indígenas. Comprometemo-nos a denunciar, diante da opinião pública, qualquer tipo de genocídio e etnocídio, bem como as agressões que se cometem diariamente contra as terras e as culturas de nossos irmãos índios. Neste mesmo sentido, colocamos a serviço desta causa, junto com nossa vida e esforços, os recursos de infraestrutura, comunicação etc. que estejam a nosso cargo.

3.3 Como teólogos, afirmamos nosso compromisso com o indígena, depois de reconhecer nossos esquecimentos e omissões. Oferecemo-nos para animar encontros entre aqueles que recolhem a sabedoria de seus povos indígenas e afro-americanos, segundo as necessidades e características de uns e outros, como também partilhar o intercâmbio e difusão de sua produção teológica. Faremos todo o possível para avançar na releitura teológica dessa realidade cultural e histórica, sensíveis às condições de marginalização e extermínio que sofrem nossos irmãos.

Todos, enfim, unidos na mesma esperança, denunciaremos criticamente o sentido que se vem dando à "celebração" dos Quinhentos Anos da Conquista e Evangelização da América, que muitos querem rememorar como um triunfo dominador dos países do Ocidente sobre as nações aborígenes. Que o espírito do Deus da Vida, o que cobre nosso universo de bosques, rios e montanhas; o que dá alento a nossas tradições e clarifica nossos caminhos; o que fortalece nossos desejos de união com todos os que sofrem na terra, se faça sentir, mais do que nunca, neste aniversário que se abre para todos os povos da América Latina.

Quito, 06 de julho de 1986